



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

23/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Congresso reforça desigualdade há 30 anos, e IR aperta classe média

Quase todas as medidas tributárias propostas ou analisadas por parlamentares desde a Constituição de 1988 foram no sentido de aumentar a regressividade dos impostos ou criar isenções e regimes especiais para grupos específicos, agravando a desigualdade de renda no Brasil.

Nesse contexto, é a classe média que vem sendo espremida há mais de três décadas com o aumento da carga do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A partir do fim da ditadura militar (1964-1985), o peso do IRPF diminuiu para quem está no topo da pirâmide, mas praticamente dobrou para os que ganham entre três e cinco vezes acima da renda média.

Dois estudos recentes jogam luz sobre esses dois movimentos a partir da Constituição de 1988, explicitando com dados como a injustiça tributária e a sobrecarga para a classe média caminharam juntas no Brasil.

Entre 1989 e 2020, os parlamentares propuseram ou analisaram 4.841 projetos, medidas provisórias ou propostas de emenda à Constituição na área tributária. Só 5% (247) dessas proposições foram progressivas, no sentido de tributar as camadas mais ricas ou aliviar as mais pobres (como na isenção a produtos da cesta básica).

Do total, 67,2% das propostas criavam deduções ou isenções do Imposto de Renda, do IPI ou regimes especiais para beneficiar grupos, setores produtivos específicos e municípios. Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 22 de maio.

Governo anuncia corte de R\$ 8,2 bi em verbas de ministérios

O Ministério da Economia anunciou nesta sexta-feira (20) a necessidade de um corte adicional de R\$ 8,2 bilhões no Orçamento para evitar o estouro do teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

O anúncio significa que os ministérios terão suas verbas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) reduzidas, devido à alta em despesas obrigatórias como sentenças judiciais e subsídios ao financiamento agrícola.

O governo já havia feito um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em recursos no mês de março. Com isso, o total de recursos travados no Orçamento chega a R\$ 9,9 bilhões.

O corte seria ainda maior caso a equipe econômica já tivesse incluído o impacto dos reajustes a servidores públicos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 21 de maio.

Governo segura reajustes para driblar bloqueio do Orçamento

Na tentativa de ganhar tempo, o presidente Jair Bolsonaro proibiu o Ministério da Economia de incluir na revisão bimestral do Orçamento de 2022 a definição sobre o reajuste do funcionalismo público. A decisão foi tomada pelo presidente em despacho com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, empurrando para frente o anúncio de um aumento diferenciado para as carreiras policiais - promessa de Bolsonaro.

Na prática, o corte teria de ter sido de R\$ 14,5 bilhões para incluir também um gasto adicional de R\$ 6,3 bilhões com o reajuste de 5% proposto pelo governo para todas as carreiras dos servidores.

Bolsonaro já tomou a decisão de dar o reajuste linear de 5%, mas não desistiu da ideia de dar um aumento diferenciado para as carreiras de segurança do Executivo (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários). Ao todo, o governo pode acabar gastando R\$ 8 bilhões com os reajustes dos servidores dos três Poderes.

A estratégia é esticar a corda até a véspera do prazo limite para editar uma medida provisória com o reajuste diferenciado e evitar deflagrar uma onda mais violenta de paralisações grevistas com o privilégio dado aos policiais - categoria que dá apoio a Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018. Saiba mais em: A Tribuna, sábado 21 de maio.

CAS vai debater aumento da correção monetária de dívidas trabalhistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado vai promover audiência pública na próxima quinta-feira (26), a partir das 10h30, para debater o projeto de lei que muda o índice de correção monetária de débitos trabalhistas (PLS 396/2018). Se aprovado, ele vai permitir uma correção maior.

O PLS 396/2018 prevê a aplicação no cálculo de correção de dívidas trabalhistas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Trata-se do consolidado trimestral do IPCA, índice que mede a inflação a partir da variação do custo de vida das famílias com renda mensal de um a 40 salários mínimos.

Atualmente, o que se usa para corrigir essas dívidas é a Taxa Referencial (TR), um fator de correção monetária determinado diariamente pelo Banco Central. O autor do projeto, senador Lasier Martins (Podemos-RS), afirma que a TR não reflete as mudanças no custo de vida da população e leva à perda do valor real do dinheiro.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 23 de maio.

Receita deve liberar consulta ao 1º lote de restituição do IR 2022 nesta semana

A Receita Federal deve liberar, nesta semana, a consulta ao pagamento do primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2022. O fisco ainda não informou a data exata, mas consultores estimam que a abertura da consulta ocorra nesta terça-feira (24), uma semana antes do pagamento dos valores.

O dinheiro do primeiro lote de restituição cairá na conta dos contribuintes na terça-feira (31), último dia para entregar a declaração do IR. O prazo inicial era 29 de abril, mas foi prorrogado pela Receita pelo terceiro ano seguido por causa da pandemia de coronavírus.

A Receita informou que "o lote ainda está em processamento". O fisco diz que, assim que esse procedimento for concluído, serão divulgadas a data de consulta, o total a ser pago e o número de contribuintes contemplados.

O primeiro lote do Imposto de Renda é destinado aos contribuintes com prioridade legal que já entregaram a declaração e não caíram na malha fina. Entram nesta lista:

- Idosos acima de 80 anos
- Contribuintes entre 60 e 79 anos
- Contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave
- Profissionais cuja maior fonte de renda seja o magistério

Para saber se vai receber a restituição, o cidadão deve fazer a consulta pela internet, no site da Receita Federal ou no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual do fisco. Para consultar por meio do e-CAC, é preciso ter senha gov.br.

Segundo a Receita, ainda não é possível consultar, mas assim que a consulta for liberada, o contribuinte poderá utilizar tanto o Meu Imposto de Renda, no e-CAC, quanto o serviço "Consultar Restituição IRPF".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 23 de maio.

Maiores empregadores mantêm equipes em home office e trabalho híbrido

Impulsionados pelas medidas de distanciamento tomadas em razão da pandemia, o home office e o trabalho híbrido permanecem sendo adotados por algumas das maiores empregadoras do país, e a expectativa é que sejam mantidos, mesmo com o avanço da vacinação.

A decisão de seguir com a opção de trabalho remoto, ao menos por algumas vezes por semana, está em linha com o que apontam levantamentos recentes, em que os trabalhadores dizem querer aproveitar a experiência de trabalho que tiveram nos últimos anos e preferem não estar no escritório todos os dias.

Segundo a Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Previdência, fazem parte dos maiores empregadores formais do país instituições bancárias (Banco do Brasil, Caixa, Bradesco e Itaú), os Correios, empresas do setor de alimentação (BRF e Seara), de teleatendimento (Atento) e de saúde (Raia-Drogasil).

Pelos critérios da Rais, o topo do ranking antes da pandemia, em 2019, era dos Correios e do Banco do Brasil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 23 de maio.